

A FORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA EM SOROCABA 1850-1880

Jorge Luis Cammarano González e Wilson Sandano
jorge.gonzalez@uniso.br e wilson.sandando@uniso.br
Universidade de Sorocaba

Resumo: A escolarização como campo específico de estudo representa o espaço da produção da política e da valorização do trabalho como elemento que funda a prática social; dos processos históricos de constituição das relações e da racionalidade escolar; das formas privilegiadas de ensino-aprendizagem e sua articulação com as demandas sociais de conhecimento e, finalmente, de um conjunto de fatores que atuam sobre o cotidiano escolar. Acrescente-se que a educação escolar indica a apreensão de um fenômeno específico de produção e circulação do conhecimento e de valores que se atualiza em instituições objetivas e materiais, as quais, inclusive, lhe oferecem contornos históricos mais precisos. Com base nessas considerações apresentamos neste escrito resultados parciais de pesquisa desenvolvida com base na seguinte questão: como ocorreu, historicamente, a formação do processo de educação escolar em Sorocaba?

Palavras-chave: *Educação Escolar; Instrução Pública; Instituição Escolar; Cotidiano escolar.*

Abstract: Schooling as a specific study field represents the space for political production and valorization of the work as an element that founds the social practice, the historic processes of relations constitution, the school relations and rationality, the privileged forms of teaching-learning and its articulation with social requirements for knowledge, and finally, of a set of factors that act on the school practice. Besides that the school education indicates the apprehension of an specific phenomenon of circulation and production of knowledge and values that renews themselves in objective and material institutions which give them more precise historical outlines. Based on those considerations we present in this paper partial results of a research developed on the following question: historically, how did the formation of the school process take place?

Key-words: *School Education, Public Instruction, School Institution, School Practice.*

1. APRESENTAÇÃO.

O campo investigativo do fenômeno educativo revelou nas últimas décadas do século passado, um movimento interessante no que toca aos objetos de pesquisa, às abordagens e à diversidade temática que se expressou na consolidação de grupos de pesquisa em alfabetização e linguagem, práticas e processos de aprendizagem, formação de professores, história da educação escolar, dentre outros (GATTI, 2002). O ponto inicial parece ser a constatação de que o entendimento das mudanças postas à educação não poderia ficar restrito às ciências educacionais, mas estender-se à economia, à política, à filosofia e às diversas especialidades da sociologia. Isso movimentou os pesquisadores na direção externa à educação. Por exemplo, as pesquisas sobre a formação no interior do espaço fabril e/ou empresarial ganharam bastante relevância, o que implicou, nesse caso, a recorrência a

referenciais teóricos da economia e da sociologia do trabalho, dentre outros. Outra ilustração das mudanças que se operaram nos anos noventa, por exemplo, diz respeito à compreensão do fenômeno das transformações no plano macro estrutural, sendo muitos os estudos das reformas educacionais, fomentados nesse sentido.

No entanto, a partir da segunda metade da última década do século passado, por força do acúmulo da produção com tais diretrizes e, ao mesmo tempo, devido à necessidade de pesquisa sobre as transformações em curso na produção concreta da escola, muitas críticas (destacamos aqui as feitas no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – Anped) começavam a surgir requerendo que essas investigações passassem a incorporar a pauta dos pesquisadores em educação, marcada por um movimento inicial de volta à escola como lugar privilegiado de pesquisa. O que obrigou a busca de novos referenciais teóricos, novas abordagens e temas relevantes no âmbito da educação escolar.

A escolarização como campo específico de estudo, torna-se, assim, o espaço da produção da política e da valorização do trabalho como elemento que funda a prática social; dos processos históricos de constituição das relações e da racionalidade escolar; das formas privilegiadas de ensino-aprendizagem e sua articulação com as demandas sociais de conhecimento e, finalmente, de um conjunto de fatores que atuam sobre o cotidiano escolar, sobredeterminando e ressignificando as ações específicas de escolarização. Acrescente-se que a educação escolar indica a apreensão de um fenômeno específico de produção e circulação do conhecimento e de valores que se atualiza em instituições objetivas e materiais, as quais, inclusive, lhe oferecem contornos históricos mais precisos.

Com base nessas considerações formulamos uma questão inicial e norteadora deste escrito: como ocorreu, historicamente, a formação e a institucionalização do processo de educação escolar em Sorocaba?

A possível resposta a essa indagação requer um esforço no sentido de pensarmos as instituições escolares como expressão da formação, organização, gestão e objetivação do processo de escolarização, aspectos que incidem no desenvolvimento de projeto na linha de Pesquisa “Conhecimento e cotidiano escolar”, vinculada à Área de Concentração Educação Escolar, do Mestrado em Educação da Universidade de Sorocaba (Uniso); projeto em andamento e do qual deriva o conjunto das considerações aqui registradas.

A área de concentração Educação Escolar remete para um espaço teórico produzido na articulação da Educação com a História e as Ciências Sociais. Um espaço, portanto, que reconhece a historicidade do fenômeno educativo e de sua institucionalização e que busca apreender os nexos processuais de formação, implantação, normalização, gestão, organização, conflitos e contradições da educação escolar no âmbito da formação social brasileira. Em outros termos, trata-se de investigar a formação da educação escolar em todos os níveis como expressão de seus sujeitos e dos processos sociais, políticos, culturais e econômicos historicamente produzidos no contexto da sociedade brasileira. E isto considerando que:

A história das instituições educacionais integra uma tendência recente da historiografia, que confere relevância epistemológica e temática ao exame das singularidades sociais em detrimento das precipitadas análises de conjunto, que, sobretudo na área educacional, faziam-se presentes (GATTI JR., 2002, p.4).

Assim, a partir desse referente investiga-se o contexto do espaço escolar de Sorocaba, que historicamente expressa as múltiplas dimensões da práxis educacional, revelando no processo de sua formação, sua inserção local e regional, as mutações de seu *locus* político-administrativo e as experiências vivenciadas pelos sujeitos da ação educativa - aqui focados por meio do estudo das fontes da história da educação escolar em Sorocaba.

A construção das representações do passado é subordinada à análise das informações ‘aprisionadas’ nos documentos. Revisitar o passado significa trilhar o caminho que permite a ressignificação da memória e a interpretação das experiências hoje vivenciadas pelo conjunto da sociedade. **Entender a história como um processo, resultado da ação de forças sociais nem sempre covalentes, favorece o entendimento da importância da preservação das fontes documentais** que, independentemente das conjunturas sociais de cada período histórico, nos instrumentalizam para o melhor entendimento dos mesmos (VENDRAMETO, 2002, p.43, grifos nossos).

Referenciado nestas observações o texto apresentado investiga o processo de formação do espaço escolar, articulando a sua prática investigativa à localização, organização, análise e sistematização de fontes documentais contributivas da história da educação. E deriva da pesquisa: “Fontes para a história da educação escolar em Sorocaba”, circunscrita ao período de 1850 a 1920, caracterizado no âmbito da produção historiográfica correspondente à história de Sorocaba, como período de decadência do tropeirismo e de auge da industrialização. Diante da riqueza e da complexidade do tema-objeto proposto e com base na caracterização do tratamento teórico metodológico dedicado ao processo de formação de Sorocaba e dos processos de escolarização correspondentes, procuramos por meio de fontes documentais, informações que caracterizem o período de 1850 a 1920, concentrando nossa atenção, por exemplo, na formação do espaço histórico de Sorocaba; nas práticas produtivas correspondentes a esse período; na constituição das mediações entre cotidiano escolar e história; nas relações entre Estado, política educacional e sistema escolar e nas práticas formativas dos professores e institutores. A apropriação do tema-objeto proposto busca responder à necessidade de superar o caráter lacunar da história da educação escolar, especificamente em Sorocaba, com base na leitura e a sistematização do acervo documental, pertinente ao período de 1850 a 1919; e concentra seus esforços em elaborar um guia preliminar de fontes. A caracterização da natureza do acervo investigado circunscreve-se a documentação textual escrita num universo constituído por ofícios, cartas, memorandos, livros de registros, estatutos, regimentos, relatórios, etc. A documentação foi obtida por meio de xerocópia dos originais. E aqui retomamos a problematização norteadora da investigação proposta para indagar: quais os processos que originam, constituem e viabilizam a formação da educação escolar em Sorocaba, no período de 1850 a 1920, considerando como agentes desses processos os Professores e Inspetores da denominada Instrução Pública?

Assinalamos que a apropriação do tema-objeto proposto representa a conjugação de dois interesses básicos. Um incide sobre a necessidade de superar o caráter lacunar da história da educação escolar no Brasil e, em particular, de Sorocaba. O outro interesse aqui alimentado traduz a preocupação com a prática em pesquisa compreendida como esforço coletivo na direção da produção de conhecimento científico elaborado com base na interlocução de referenciais e procedimentos teórico-metodológicos representativos da complexa tarefa imposta pela especificidade do fenômeno educativo.

A apropriação do tema-objeto proposto circunscreve-se ao campo investigativo da História da Educação. Do itinerário da produção historiográfica no contexto da pesquisa em educação no Brasil, é possível extrair, segundo Lombardi, duas observações.

A *primeira* é que a produção historiográfica educacional não emerge descolada do conjunto da produção educacional brasileira (no âmbito da produção histórica, por exemplo), mas se dá no interior dos trabalhos que têm por objetivo analisar (e em alguns casos periodizar) a pesquisa educacional no Brasil – e inclusive a produção histórico-educacional. A *segunda* observação é que o debate das principais questões da pesquisa

educacional tem se concentrado a partir de algumas poucas iniciativas, geralmente sobrepostas (...) (LOMBARDI, 1999, p.16).

O escrito em tela é produzido com base em duas expressões da materialidade histórica: (1) as fontes documentais examinadas e sistematizadas; (2) a caracterização, ainda incipiente, mas necessária para os fins aqui propostos, de aspectos essenciais para a compreensão da história da educação escolar em Sorocaba e região. Com base no exposto, avaliamos que o campo de pesquisa histórica de Sorocaba, representa um processo de investigação, análise e interpretação com desdobramentos nos procedimentos teóricos e metodológicos, cujo registro – embora minimamente delineado – traduz e reafirma conforme observa Gatti Jr. (2002), a riqueza e a complexidade do tema – objeto em tela: o estudo de fontes para a história da educação escolar em Sorocaba.

Consideramos relevante reafirmar a riqueza e a complexidade do tema-objeto proposto com base na caracterização do tratamento teórico metodológico dedicado ao processo de formação de Sorocaba e dos processos de escolarização correspondentes. Este propósito nos auxilia em dois sentidos. Por um lado, procuramos informações que contextualizam o período correspondente às fontes documentais: 1850 - 1920; concentrando nossa atenção, por exemplo, na formação do espaço histórico de Sorocaba; nas práticas produtivas correspondentes a esse período; nas relações entre Estado, política educacional e sistema escolar. Por outro lado, a produção historiográfica preliminarmente consultada, possibilita apreender o debate teórico–metodológico que referencia essa produção pertinente ao contexto de Sorocaba.. Nessa direção, uma primeira observação registra que:

A História do Estado de São Paulo é muito pouco conhecida. Não é objeto de estudo nos cursos universitários de História paulista, uma exceção no país. Além disso, o conhecimento corrente é escasso, lacunar e pontual. Os itens mais conhecidos são Bandeiras, Expansão cafeeira e Industrialização, como se todas as regiões tivessem sido ocupadas e exploradas simultaneamente, com as mesmas atividades econômicas, o mesmo tipo de população, as mesmas características.

Quando a historiografia paulista é analisada mais detidamente, verifica-se que tem sido confundida com a historiografia paulistana, como se a trajetória do processo histórico da cidade de São Paulo explicasse a do Estado como um todo; como se tudo tivesse, simultaneamente, tido início com a chegada de Martim Afonso de Souza ao porto de São Vicente (Glezer, Raquel / Apresentação, p.9).

Para o período em tela, Império e República representam a politização de um processo histórico pontuado, particularmente em Sorocaba, pela formação de capital comercial com base na pecuária; pelo tropeirismo; pela expansão de políticas de investimentos públicos vinculados à urbanização; pela chegada da estrada de ferro; pela economia de algodão; por um sistema de muar vinculado à produção de açúcar e café; pelas feiras; dentre os múltiplos processos constitutivos da formação econômico-social de Sorocaba e região (BADDINI, 2002; SILVA, 2000). Esse contexto anuncia o desafio circunscrito ao campo investigativo aqui minimamente exposto, acentuado, como observaremos posteriormente pelo embate subjacente à formação desse campo de investigação da formação histórica de Sorocaba. Mas antes de abordarmos esse aspecto, nossa proposta incide na caracterização de alguns elementos vinculados às relações entre Estado; política educacional e sistema escolar.

A observação da produção historiográfica que contempla o estudo das instituições escolares e educacionais no que toca à trajetória de colégios, internatos, escolas normais e

grupos escolares, propicia o discernimento das relações entre a política e a educação brasileira nos processos vinculados ao Império e à República. Assim, para Silva:

A Historiografia da Educação brasileira tem apresentado ultimamente uma produção historiográfica que tem contemplado o estudo de instituições escolares e educacionais, trazendo novos elementos para a compreensão da educação brasileira, em especial a que se praticava no Império e na República, reconstruindo a trajetória de colégios, internatos, escolas normais, grupos escolares. Esse empenho é necessário e renovador, pois tem permitido um alargamento do conhecimento das práticas educativas e escolares desses períodos, através de instituições públicas, particulares, laicas e religiosas, trazendo novas luzes e derrubando certos paradigmas já cristalizados, especialmente em relação à educação das mulheres. A idéia difundida pelos estudos históricos tradicionais, com abordagens totalizadoras e generalistas, distantes das concepções da história cultural e da história das instituições escolares, a respeito da educação de mulheres, nesse período, é de que as mulheres não tinham acesso à educação, apenas as da elite, e estas recebiam uma educação que privilegiava o preparo necessário para o casamento; de que nos colégios religiosos a educação era ministrada pelo método tradicional; de que a relação entre mestras e alunas era de distância e medo, internato seria clausura, por exemplo. Os trabalhos produzidos ultimamente, sobre história das instituições escolares, se confirmam alguns desses aspectos, têm permitido uma revisão nessa abordagem unificadora e linear da história da educação das mulheres no Brasil, revelando práticas que nos indicam novas faces dessa educação (SILVA, 2001, p.24-25).

E acrescenta em relação ao advento da República.

Com o advento da República, fazia-se necessário criar uma estrutura de ensino capaz de atender às agitações do regime republicano, possibilitando a construção de um Estado democrático. A crença no papel da educação como instrumento de reforma política e de construção da nação levou o poder público do Estado de São Paulo a propor a criação de escolas de todos os níveis e graus (SILVA, 2001.p.90).

Outra contribuição que nos auxilia a caracterizar, minimamente, o contexto histórico do tema-objeto em tela, se encontra no estudo de Manoel (1996) sobre as articulações entre a Igreja e a educação feminina, no período de 1859 a 1919. Em sua pesquisa o referido autor explicita a presença de dois projetos educacionais presentes nesse período

Tratava-se (...) de dois projetos educacionais que, tomados no rigor de suas propostas, eram incompatíveis entre si. Um, o liberal, laico, preocupado com a convivência a mais harmoniosa possível dos cidadãos sob a égide da Constituição, tinha por objetivo, além do ensino das ciências e letras, a formação cívica e moral conforme os pressupostos da liberal-democracia representativa. O outro, o católico, com os olhos postos na eternidade, visava a formação de bons católicos que, por isso mesmo, seriam bons cidadãos, e também rejeitava a moral contratual proposta pela sociedade burguesa (MANOEL, 1996, p.19).

As mediações entre o Estado e o sistema escolar revelam a adoção de uma política que privilegia os grupos privados em detrimento do ensino público e gratuito (MANOEL, 1996).

O sistema escolar existente, se assim o podemos denominar, se constitui na criação, mais ou menos aleatória, de escolas isoladas nas diversas cidades da Província e na nomeação de um professor ou professora para cada uma delas, mediante um simulacro de exame ‘...de baixo nível’ feito às pressas ‘... com a preocupação de prover cadeiras vagas ...’ conforme nos ensina

Leda Rodrigues, em seu livro *A instrução feminina em São Paulo* (MANOEL, 1996, p.24).

Assim o referido autor avalia que:

(...) o Estado, desde Pedro I, vinha eximindo-se da responsabilidade de manutenção do sistema escolar, e desde a Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834, o problema da educação primária e secundária foi deixado a cargo dos governos provinciais.

Sem discutir aqui as questões relativas à real capacidade ou incapacidade financeira das províncias para arcarem com o ônus da manutenção de um sistema público de ensino, convém discutir uma outra questão: o que realmente pensavam as autoridades públicas a respeito da educação pública e gratuita.

A partir de 1850, os ideais do liberalismo ganharam espaço dentro do próprio sistema administrativo do Estado, seja no governo imperial, seja no provincial. No que diz respeito à educação, o princípio liberal defendido pelas autoridades públicas era o da completa liberalização do sistema escolar, retirando do Estado as responsabilidades pela educação, transferindo-as para a iniciativa privada (MANOEL, 1996).

A seguir, consideramos relevante aos propósitos deste escrito, destacar o aporte de Ribeiro (1986) em sua análise da organização do sistema escolar, exame este que possibilita resumir alguns aspectos relativos ao período correspondente a 1850 – 1880, circunscrito ao processo histórico demarcado entre 1850 e 1920.

Para Ribeiro (1986) o período de 1850 a 1920 caracteriza-se por uma dinâmica de consolidação, crise e permanência do modelo agrário, comercial, exportador, dependente. Observa a referida Autora, que no período de crise desse modelo (1870 – 1894) desponta um processo de “incentivo à industrialização”.

O trabalho escravo e a grande propriedade constituem a base material da lavoura cafeeira, no período de consolidação do modelo agrário, comercial, exportador, dependente; produção essa orientada sob a lógica da expansão e internacionalização do capital com desdobramentos nas condições de trabalho – transição e conversão da força de trabalho escrava para o trabalho assalariado -; na criação, organização e gestão do espaço urbano, transformado paulatinamente em pólo de novas categorias sociais e de diversificação das atividades econômicas.

Em relação à educação, Ribeiro assinala que:

Com relação à educação, a década de 1850 é apontada como uma época de férteis realizações, no entanto restritas em sua maioria ao município da corte, por força da lei em vigor.

As realizações a que se refere são: criação da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte, destinada a fiscalizar e orientar o ensino público e particular (1854); estabelecimento das normas para o exercício da liberdade de ensino e de um sistema de preparação do professor primário (1854); reformulação dos estatutos do Colégio de Preparatórios, tomando-se por base programas e livros adotados nas escolas oficiais (1854); reformulação dos estatutos da Academia de Belas Artes (1855); reorganização do Conservatório de Música e reformulação dos estatutos da Aula de Comércio da Corte (RIBEIRO, 1986, p. 56).

E em relação à política educacional, afirma:

Faltou uma política educacional integrada entre centro e províncias.

Não se instituiu um plano nacional de fiscalização das escolas primárias e secundárias, com vistas a um aprimoramento de objetivos, conteúdos e métodos e, conseqüentemente, uma melhora de aproveitamento por parte dos alunos.

A instrução primária continuou constituindo-se em aulas de leitura e escrita e cálculo. Pressupõe-se que cerca de um décimo da população a ser atendida o era realmente. Não se tem certeza já que não existiam estatísticas educacionais.

(...)

A instrução secundária se caracterizou por ser predominantemente para alunos do sexo masculino, pela falta de organicidade (reunião espacial de antigas aulas régias), pelo predomínio literário, pela aplicação de métodos tradicionais e pela atuação da iniciativa privada (RIBEIRO, 1986, p.57-58).

Não podemos omitir, apesar da citação relativa à caracterização do sistema escolar nesse período de consolidação do referido modelo, o que segue, posto que nessa argumentação reside uma tese cuja problematização é norteadora de nossa pesquisa, da qual, reiteramos, apresentamos aqui, resultados parciais. Assim, argumenta Ribeiro.

Tendo-se em mente o contexto anteriormente analisado, é relativamente fácil compreender a razão do ocorrido; no *Brasil* acontecia a passagem de uma sociedade exportadora-rural-agrícola, para uma exportadora-urbano-industrial avançada. E **é determinada pela estrutura social resultante do capitalismo industrial que surge e se desenvolve a escolarização, mesmo que elementar, de um contingente maior da população** (RIBEIRO, 1986, p.59, grifos nossos)

Estas observações representam, a nosso ver, ainda que precariamente, o processo histórico de formação do sistema escolar que tensiona o tema-objeto aqui proposto, isto é, a localização e organização - para posterior análise e sistematização - de fontes pertinentes à história da educação escolar em Sorocaba.

2. DIMENSÕES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM SOROCABA: alguns antecedentes.

A seguir expomos alguns dos aspectos que referenciam a formação da educação escolar em Sorocaba. Dentre esses destacamos a Lei de 15 de outubro de 1827, que determinou a criação de escolas de primeiras letras.

(...) A Lei estabelecia, ainda, que nessas escolas os professores ensinariam “a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana proporcionadas à compreensão dos meninos” (SAVIANI, p. 275).

Em 1834, o Ato Adicional à Constituição do Império transferiu a responsabilidade pelas escolas primárias e secundárias para as Províncias.

(...) o Estado, desde Pedro I, vinha eximindo-se da responsabilidade de manutenção do sistema escolar, e desde a Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834, o problema da educação primária e secundária foi deixado a cargo dos governos provinciais (MANOEL, 1996, p.24).

SAVIANI complementa:

(...) Conforme o testemunho de José Ricardo Pires de Almeida, as Assembléias Provinciais procuraram logo fazer uso das novas prerrogativas

votando “uma multidão de leis incoerentes” (...) sobre instrução pública afastando-se, portanto, da idéia de sistema (SAVIANI, p. 275).

Em Sorocaba, como de resto na Província de São Paulo, a instrução pública era gerida por uma Comissão Inspetora, que encaminhava as solicitações dos Professores à Presidência da Província e, também, realizava os exames das disciplinas acima indicadas.

Como exemplo desta afirmação podemos citar o ofício que o Professor Jacinto Heliodoro de Vasconcellos, professor da 1ª Aula de Primeiras Letras de Sorocaba, encaminhou, em 30 de novembro de 1846, à Comissão Inspetora:

Na conformidade do art. 3º do Regulamento de 25 de 7bro do corr^e anno¹ cumpre me participar a VSS que prezentemente não tenho Alumnos promptos nesta Aula de 1ª Letras para serem examinados em todas as materias do ensino, e somente alguns que se achão promptos em ler, escrever – as 4 operaçoens princip^e d’arithmetica, proporçoens tb porem alguns concluindo a Grãmmatica, outros em meio della; e sobre a Geometria so sabem quanto a linolura da 1ª sessão, e estes andão em numero de 4 a 5. Será bem difficil, III^{mos} Sr^s, haver semelhantes exames, pelo motivo de que, os Pais dos Alumnos tirão os logo que elles sabem ler, escrever, e fazer as quatro operações d’Arithmetica; emuitas vezes perto do menino concluir a Grammatica, perdendo o tempo em q se empregou nella, e o mestre as explicações que lhe deu². Quando VSS determinem haver o dito exame, Se dignarão marcar o dia, e hora para dar as providencias necessarias³.

Esta Comissão Inspetora permaneceu até 1851.

Em seu relatório à Assembléia Legislativa Provincial, de 1º de maio de 1852, o Dr. José Thomaz Nabuco D’Araujo, Presidente da Província, assim se referiu à instrução pública, em particular à inspeção:

Ainda não eram passados dous mezes depois que tomei conta da administração, e já eu reconhecia a sabedoria e providencia que dictarão a lei Provincial n. 24 de 2 de junho de 150 art. 4.º, que autorisa ao governo a dar regulamentos ao ensino primario e secundario da Província, podendo alterar a legislação em vigor somente na parte relativa á inspeção do mesmo ensino. Assim um dos primeiros actos de minha administração foi a confecção do Regulamento de 8 de novembro de 1851, o qual submetto á vossa consideração.

A inspeção do ensino primario e secundario competia pela legislação, que então vigorava, ás comissões inspectoras e camaras muncipaes: a experiencia faz sentir que as pessoas moraes não são as mais proprias para administrar, falta-lhes a unidade de pensamento na deliberação, a actividade, e prontidão na acção: sobre-leva que a organização dessas commissões inspectoras era essencialmente vicioza, por que o Governo não podia inspirar-lhes o seu pensamento, visto como só um dos seus membros era da nomeação delle: de origem diversa, independentes, erão as mais das vezes riváes: dahi a hostilidade, ou inercia que embargavão a fiscalisação: não era possivel que continuassem essas commisões, que, pela maior parte, não se reunião, e nada fazião. Parece-me que traduzi com a fidelidade possivel o espirito da lei, encarregando a inspeção do ensino primario e secundario a pessoas fisicas, da confiança do Governo, susceptiveis do mesmo pensamento administrativo, e capazes d’executal-o: fôra contra senso suppôr o Governo suspeito á instrucção publica, fôra absurdo tornal-o estranho á essa uma das primeiras necessidades moraes do paiz.

Quanto á fiscalisação as ideias do Regulamento, para cujo desenvolvimento fora de mister um grosso volume, tem por si a autoridade da legislação dos paizes mais cultos da Europa, o exemplo de outras provincias importantes, e são conformes e consentaneas ao espirito da novissima lei geral n. 630 de 17 de setembro de 1851 (SÃO PAULO [PROVINCIA] 1852, p. 10-11).

Assim, em 1852, já encontramos officios de Professores de Sorocaba ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província e, também officios do Inspetor do Distrito de Sorocaba ao mesmo Inspetor Geral da Instrução Pública.

Em relação aos inspetores, registramos que eram pessoas de confiança do governo, como está registrado na última citação, sem maiores ligações com a instrução pública, exercendo uma função não remunerada.

Para exemplificar, transcrevemos o officio que, em 3 de fevereiro de 1855, o Inspetor do Distrito de Sorocaba encaminhou ao Inspetor da Instrução Pública da Província, solicitando sua demissão das funções de Inspetor:

Ill^{mo}. S^r. D^{or}. Diogo de Mendonça Pinto
Sor^a. 3 de Fev^o. de 1855

Estimarei que V S^a. com percurso (?)⁴ do anno novo continue a prosperar como opreterito. Incluso remetto a V S^a. o off^o. que junto achará p^a. me fazer ofavor de implorar ao Ex^{mo}. Governo m^a. demissão do Emprego de Inspector de Distr^o. visto que me axo cansado de trabalhar no mundo politico onde debalde tenho prodigalizado meos cuidados: Sr (?) porem hoje cançado, ja velho só me restão os incomodos. P^{or}tanto este pequeno espaço detempo que me resta da vida desejo dedicar aos encantos dehu' a vida privada ecuidar de ajuntar pão p^a. minha numerosa fam^a., que mefoi confiada pela Providencia. Aproveito esta m^{ma}. Occazião deagradecer a V S^a. delicadeza comque sempre tratoume pela sua nimia bondade e igualm^e. offerecerlhe omeo limitado prestimo nesta Cid^e.; nacerteza deque posso ser

Am^o

Joaquim Joze Lour^o. d'Alm^{da5}.

A resposta foi a seguinte:

Ill^{mo}. Sn^r. Joaq^m. Joze Lour^o. d'Almd^a. (?)

Tendo a honra de ser nomeado p^a. assumir interinament. (?) o lugar de Insp^{or}. Geral da Instr^{ção}. (?) Publica, achei hua Carta de V. S. ao S^r. D^{or}. Diogo em que pede instantement. a Demissão do Emprego de Insp^{or}. desse Distr^o. As razoens q. V. S. allega são m^{to}. attendiveis, mas o serv^o. publico merece tambem m^{ta}. fe na atividade e bond. (??); e se p. ventura (?) tenho alguém (???) per. (?) V. S. empenho-o (??) toda (?) p. q. V. S. continue no m^{mo}. Emprego, e serão sempre considerados por mim como relevantes os serviços q. V. S. continua a prestar.

Este Emprego de Insp^{or}. não he possivel q. se entregue a homem sem prestigio, e q. não se interessa p^{la}. Instr^{am}. da mocidade. (???) q. tanto concorrem (?) na pessoa de V. S. Por outro lado o Emprego não he tão pezado q. prive ao Cidadão q. o ocupa de outros affazeress. Por isso servindo ao Publico, tem o devido tempo p^a. o descanso de seus annos.

Espero merecer de V. S. este obsequio, e todo me offereço p^a. o seu serv^o., na certeza de que sou com toda a consideração.

S. P^{lo}. 17 de Fevr^o. de 55

De V. S.

Am^o. (?) e m^{to}. obr^o. (???)

H. H. Ferraz (?)⁶

É de se registrar que, trimestralmente, os professores deveriam dirigir-se ao Inspetor Geral da Instrução Pública, para informar sobre o andamento de suas aulas e sobre a existência de escolas particulares em Sorocaba.

O mesmo deveriam fazer os Inspectores de Distrito em relação aos seus professores – o que era feito de modo burocrático. O relatório se repetia trimestralmente quase que integralmente.

Em visita de inspeção às escolas de Sorocaba, no final de outubro e início de novembro de 1856, o Inspetor Geral de Instrução Pública da Província constatou a existência, na cidade, de duas escolas de primeiras letras para o sexo masculino, de duas para o feminino, sendo uma de instrução primária de segundo grau, ou superior⁷, e de uma aula de latim e francês⁸.

Estas escolas estavam instaladas nas casas dos professores, que pagavam por seu aluguel. Os móveis e utensílios eram fornecidos, geralmente, pelo Estado, mas, algumas vezes, pelo próprio professor, como pode ser verificado do texto abaixo, relacionado com a escola feminina de instrução primária, de segundo grau:

Á eschola ainda não forão ministrados móveis e utensis.; os existentes em pequeno numero, em mau estado, desordenados, sem as devidas condições pertencem á Professora. O progresso no estudo deve forçadamente se resentir quer dessas privações e quer da incapacidade da sala; mal este irremediavel en quanto as rendas da provincia não permitirem o fornecimento de local apropriado⁹.

O salário dos professores eram módicos¹⁰, no dizer do Inspetor Geral da Instrução Pública, havendo uma gratificação para quem tivesse mais de 80 alunos:

Esta Profesora tem sido obrigada a se contentar com o modico ordenado que percebe. Nunca foi gratificada; para isso seria mister contar com 80 discipulas, o que nunca realizou-se. Entretanto a Cadeira está conceituada e ha sempre produsido bons resultados! Era uma injustiça procedente da desigualdade dos ordenados e gratificações, a que a Lei do orçamento vigente poz termo, revogando a disposição que concedia ás Cadeiras os vencimentos que lhes designarão as Leis de sua criação¹¹.

Registramos, nos documentos consultados, a existência de classes com mais de cem alunos – como pode ser exemplificado no seguinte relato do Professor Heliodoro de Vasconcellos:

Junto remetto a VS. o relatório do estado actual da minha Aula ocorrente anno, segundo determina a Portaria de 1º de Setembro proximo passado.

Aproveito a occasião de participar a VS. que me acho com a Aula muito sobrecarregada d'alumnos, resultando disto ter hum trabalho muito excessivo, que muito tem deteriorado aminha saude, principalmente pela mortificação que tenho continuadamête, de conhecer que apesar do meu excessivo trabalho, e doutros sacrificios, que tenho feito, não posso dar aquelle adiantamento devido, e temo que isto rezulte em meu desabono para com os habitantes desta Cidade, que denada estão ao facto. Por Abril do anno passado ainda perdi parte daminha bancada, mandando fazer bancos mais cumpridos, e meza maior; edisto pouco melhoramento tenho levado, pelo acrescimo d'alumnos q. vai havendo.

Não posso fazer ponto (?) do numero de alumnos; por que não ha Lei, e nem Regulamento, que determine isso; e continuadamente estão entrando, e eu ja sem lugar para os accomodar; de tudo isto ja fiz ver ao Senr. Inspector de Districto¹².

Sobre esta aula, assim se manifestou o próprio Inspetor Geral da Instrução Pública:

Há muito tempo que nutria ardente desejo de ver trabalhar uma escola que contivesse em seu seio 100 ou mais meninos (?) presentes. D'entretanto que tenho visitado jamais encontrei uma em condição de poder dar satisfação é esse desejo, comparecendo porém no dia 7 do corrente às 9 horas da manhã na casa do Professor Vasconcellos achei na sala da escola 102 alunos, informando-se-me que n'aquella dia por diversas circunstancias elles estavam em numero inferior ao dos que ordinariamente frequentão, o que posteriormente verifiquei em 2^a. visita, na qual contei o crescido numero de 114. Este facto, a longa pratica do Professor funções do magisterio, e o credito de que elle goza na opinião publica, revellão a bondade do methodo do ensino que emprega, e quanto convem estudal-o. N'esse intuito julguei preciso consagrar-lhe 3 dias, sendo um para conhecel-o pela theoria, outro para vel-o posto em pratica, e o 3^o para avalial-o pelos seus resultados examinando o estado dos discipulos; infelizmente porém tendo se agravado a enfermidade do Professor de modo a forçal-o de fechar a escola não pude completar o estudo, faltando unicamente a parte theorica; mas como no referido dia 7 assiti á todo serviço, e dediquei o dia 9 ao exame dos alunos acho-me de posse de longas notas que muito podem coadjuvar-me para o Regimen das escolas publicas da Provincia que espero organizar.

Não cançarei a attenção do Ex^{mo}. Governo mencionando as horas de exercicio, a distribuição por ellas do ensino, a divizão em classes tudo quanto respeita ao methodo, e aos diversos pontos que fazem o objecto da vizita de um Inspector, bastando ponderar que em geral n'aquella escola como nas outras d'esta Cidade s'obtem os resultados compatíveis com as nossas circunstancias, não sendo o ensino levado á perfeição recommendada pela Lei visto a reluctancia da parte dos paes de familia, mas não devo passar em silencio o systema de collocação dos alunos que me pareceo digno de ser citado e adaptado em escola muito concorrida, fazendo o Mestre sentarem-se (?) os mais moralizados e adiantados de mistura com os outros, o que da lugar a que estes sejam inspeccionadas e instruidos por aquelles sempre que lhe é mister recorrer a quem os ensine. Tambem notei que o Professor, á que me refiro, quanto á disciplina scholastica é digno de encomios; elle socorre-se ao uso de premios que consistem em um papel impresso que distribue aos discipulos quando mostrão algum progresso, ou quandoos factos patenteão que encarregados do ensino d'algum companheiro desempenharão satisfactoriamente esse encargo¹³.

Para o Professor Francisco Luiz d'Abreu Medeiros, o ensino poderia ser assim caracterizado:

O ensino das materias contidas (...) será sempre imperfeito, principalm^e. nas escolas frequentadas por mais de trinta alumnos. Por sem duvida que conseguir-se-hia grandes vantagens ensinando-se unicamente á lêr, escrever, contar, e a Doutrinha Christã. D'este modo podia-se encontrar excellentes mestres, pois que na sociedade [há] uma classe de homens pobres, bons pais de familias, honestos, e com soffrivel instrucção para ensinarem as primeiras letras, ganhando com isto o pão á seus filhos. A mocid^e. lucraria muito mais com estes mestres do que com os rapazes que estudão superficialm^e. varias materias, que nunca poderão ensinar aos seus discipulos não só por falta de perfeito conhecim^{to}. d'ellas, inteira paciencia e assiduidade, como pela immensa difficuldade que ha em um Professor ensinar tantas materias diversas á um numero extraordinario de crianças, que mais necessitão de lêr, escrever e contar. Porém a lei n^o. 36 de 16 de Março de 1846 oppõe-se á execução do que acima observamos, e o resultado é que as escolas de 1^{as}.

letras estão mal servidas de Professores, quase todos interinos e com ridiculos ordenados, tornando-se uma verdadeira patacoada o ensino como essa lei exige¹⁴.

Os exames eram um caso à parte, pois eram realizados com pouca frequência, por diversos motivos:

- evasão de alunos

Matricularão-se no correr d'este anno 62 alumnas das quaes 54 frequentarão com assiduidade e aproveitamento e 8 forão despedidas a exigencia de seus pais por diversas cauzas: isto é, uma por saberem já alguma couza, outras por deficiencia de meios, e outras enfim por morarem longe.

Não houverão exames no anno passado, como já participei, porque os pais de familia n'esta Cidade entendem que não devem completar a educação de suas filhas dizendo, que as não querem para professoras, e as retirão da aula logo que vêem que estão bem adiantadas; havendo alguns, que n'este estado, as mandão somente as horas em que ensino muzica. E mais prendas e trabalhos de agulha e me vejo na necessidade de não fazer os exames; por não poderem ser em regra: ou de submeter a elles, meninas que não poderão fazer o papel que dezejo; o que não não julgo prudente; respeitando porem, o que me for ordenado¹⁵.

- os alunos não estarem preparados:

Achão-se matriculadas 67 alumnas das quaes 2 tiverão falta de mezes e as mais tem tido boa frequencia.

Não houve exame o anno passado; p^r. motivo de que nunca pode haver alumnas promptas em todas as materias, p^rq logo, q^e sabem ler, escrever, e contar os pais tirão sem concluir com (?) Gramatica Portugueza muitas vezes estão aprendendo analisar ja as tirão¹⁶.

- doença do Inspector:

Que não houve exames o anno passado porque o Inspector de Districto se achava doente de huma ophtalmia aguda, tendo lhe avisado para marcar o dia para o exame de dois alumnos que ficarão promptos¹⁷.

Não houve exames no anno anterior, por que na tarde em que eu esperava com os meus alumnos o 1º Inspector de Districto para os ditos exames, elle mandou-me dizer que despachasse os alumnos porque se achava incommodado¹⁸.

Diante do observado, entendemos que o estado do ensino em Sorocaba, na época, pode ser resumido nas palavras do Inspetor Geral da Instrução Pública:

Vindo á esta Cidade, como me cumpria, cuidei de proceder á inspecção e fiscalisação de todas as instituições de ensino. Nella não encontrei nenhuma particular, somente existem as publicas constantes de uma aula de Latim e Francez, de duas escolhas de 1^{as}. Letras para o sexo masculino, e de duas para o feminino, sendo uma d'estas de instrucção primaria do 2º. grao ou superior infelizmente porém em ruim occasião coube-me o dever de visitalas; e no presente é unicamente a escolha regida por Vicentina Adelaide de Vasconcellos que verdadeiramente posso diser que está funcionando. O Professor da Cadeira de Latim e Francez Francisco Xavier de Paula Toledo, e a Professora da 2ª. Cadeira de 1^{as}. Letras Maria Flora de Souza se achão por enfermos com licença; o Professor Jacintho Heliodoro de Vasconcellos está tambem enfermo e tão gravemente que diz-me o Medico assistente não ter esperanças de salvar-o, e o Professor Francisco Luiz d'Abreu Medeiros tem uma filha menor da mesma sorte mortalmente enferma; continua todavia

a ter a escola aberta; mas fácil é imaginar de que modo agora a rege e que exigências podia eu apresentar-lhe á vista da triste preocupação de seu espirito. N'esta situação, que profundamente lamento, não me foi possível tirar todo o proveito de minha estada n'este Districto.

(...)

No dia 10 apresentei-me em casa da Professora da 2^a. Cadeira apesar de estar, como já disse, com licença, para inquirir-a sobre a marcha do ensino, e estado da sua escola, examinar a sala e os móveis e utensis. para cuja compra lhe havia ha tempos fornecido a quantia precisa, com as escriptas das alunas. Estão matriculadas 45 das quaes são frequentes 41 segundo referio-me a Professora. Também informou-me que aprendem as quatro operações da Arithmetica 7, a Grammatica Portugueza 3, a Musica 1; a Historia e Geographia nenhuma, por que os paes não consentem, e as prendas domesticas todas; - excepto 11. Ignoro como com 5 horas de exercicio diario é possível dar vencimento ao ensino de tão variadas materias! A Casa não é propria, é alugada mediante o pagamento mensal de 14\$000 rs. além do ônus de ter a inquilina consigo que sustentar a uma filha do proprietario. Esta despesa é grande desfalque nos vencimentos já tão reduzidos da Professora. A Sala da escola é excellente, tem 40 palmos de comprimento e 20 de largura. Seu unico defeito é não ser assoalhada¹⁹.

Outros aspectos que caracterizam o processo educacional em Sorocaba e região podem ser extraídos da pesquisa de Aluisio de Almeida (2002). Segundo este Autor,

Os estabelecimentos de ensino mantidos pela Província (em 1851) cifraram-se em duzentas e tantas escolas primárias de ambos os sexos, 24 cadeiras de Latim e Francês, das quais só estavam providas 14; 2 liceus situados em Taubaté e Curitiba, além de uma Escola Normal recentemente instalada.

Quanto à escolas primárias podemos imaginar o que valiam porque conhecemos-las de 'visu' em 1875, e as de 1847 deviam valer ainda menos. O nome das escolas-régias, que elas conservavam dos tempos coloniais, inculca por si só que elas vegetavam numa rotina emperrada, hostil a qualquer veleidade de melhoramento(...). Os Liceus (dois para toda a Província!) não habilitavam os alunos a matricular-se nas Escolas de Medicina, Engenharia e Direito; eram indispensáveis os chamados exames de preparatório. As cadeiras de Latim e Francês só existiam graças ao fanatismo de certas pessoas: entendiam que uma povoação não fazia boa figura enquanto não se via em seu seio um latinista (geralmente um padre) ensinando a sua especialidade a 5 ou 6 meninos! Quanto à Escola Normal, de criação recente, não tinha senão um catedrático e fora recebido como inovação perfeitamente dispensável sua inexistência no Brasil Reino e no 1^o Império parecia postular que para lecionar com proveito uma matéria não era preciso mais do que conhece-la, embora pela rama (...) (ALMEIDA, 2002, p. 264-265)

E em relação à instrução primária registra, ainda, Almeida:

Além da instrução primária houve nesse período umas tentativas de colégios-internatos. Em 1874 foi fundado o colégio 'União Sorocabana', aproveitando sobradão do largo do Rosário. O fato de se aproveitarem sobradões para colégios e hotéis mostra a decadência de fortuna em famílias que enriqueceram com o negócio da feira. A feira continuou muito reduzida, depois de 1875. O externato dos meninos não foi feliz. Os internos, na maioria de Tietê, saíram reclamando (ALMEIDA, 2002, p.300).

Outros traços expressivos do período histórico que representa o tema – objeto deste escrito se encontra no estudo realizado por Silva (2001) focalizando a educação feminina no Colégio do Carmo, localizado no Vale do Paraíba.

Pesquisa realizada no Arquivo do Estado de São Paulo, em Relatórios de professores de escolas públicas, no período de 1886 a 1900, indica nesse período a existência de 17 escolas públicas masculinas e de 9 escolas públicas femininas funcionando na região central da cidade de Guaratinguetá, nos bairros próximos e na zona rural. Os dados encontrados foram reveladores de uma realidade, que vem abalar certas posições do senso comum, indicadoras de mínimas oportunidades de escolarização para a camada pobre da população, nesse período. Havia um número expressivo, para a época e para o contexto da cidade, de escolas de primeiras letras, em maior quantidade para os meninos, mas significativa também para o sexo feminino (SILVA, 2001, p.88).

Considerando o itinerário ora delineado avaliamos a possibilidade de tecer as primeiras aproximações correspondentes ao campo investigativo da formação da educação escolar em Sorocaba.

3. A EDUCAÇÃO ESCOLAR EM SOROCABA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES.

A seguir concentramos nossa atenção em discernir, com base na documentação e bibliografia examinada, a presença de práticas e propostas educacionais constitutivas do processo de formação da educação escolar em Sorocaba.

Observamos que o referido período representa um processo criador de condições históricas que se materializariam na passagem do regime de trabalho escravo para o trabalho livre, assalariado e na passagem do regime monárquico para o republicano (MACHADO, 2004).

A tendência observada por Machado (2004) com base em análise dos escritos de Fernando de Azevedo, assinala que:

A educação se arrasta desorganizada durante todo o século XIX, com exceção de alguns colégios famosos.

A escola primária não recebe nenhum favorecimento e é ofertada em péssimas condições. Almeida destaca o descaso com relação a este nível de ensino. Nos relatórios de instrução das províncias ou no relatório apresentado por Gonçalves Dias é comum se repetirem as queixas sobre as péssimas condições das escolas. Estas não têm prédios adequados, muitas vezes são instalados em lugares insalubres e não possuem professores preparados, há falta de material didático, entre outros problemas.

Embora o número populacional justificasse a necessidade de escolas, o que se percebe é uma ausência de interesse por parte dos próprios pais, estes retiram os filhos das escolas logo que aprendem os rudimentos da leitura e da escrita. Segundo Azevedo ‘a instrução primária, confiada às províncias é reduzida quase exclusivamente ao ensino da leitura, escrita e cálculo, sem nenhuma estrutura e sem caráter formativo, não colhia nas suas malhas senão a décima parte da população em idade escolar, e apresentava-se mal orientada não somente em relação às necessidades mais reais do povo, mas aos próprios interesses da unidade e coesão nacionais’ (MACHADO, 2004, p.11).

A relação entre população e população escolar assinalada por Machado (2004) se expressa em Sorocaba, nas seguintes condições que aqui apresentamos e que, em nosso entendimento, reafirmam as observações anteriores.

Em 1860, Sorocaba, com cerca de 10.000 habitantes, tinha somente um terço de sua população residindo no centro urbano (BADDINI, p. 144). Em 1870, a população de Sorocaba era de cerca de 16.000 habitantes, com um total de 323 alunos, sendo 204 nas escolas públicas (mesmo número do período anterior: 2 masculinas e 2 femininas) e 119 nas particulares (4 masculinas e 1 feminina), segundo relatório do Inspetor de Distrito²⁰.

Neste mesmo relatório o Inspetor reconhece um número de alunos bastante reduzido para o número de habitantes do município e indica a razão para tal fato:

(...) não se deve attribuir a difficiencia de população o facto de não serem as escholas publicas e particulares, d'este districto, frequentadas por um numero d'alumnos superior a aquele qu'as frequentão, mas sim a pouca inclinação que, em todo o Brasil se nota, pela educação.²¹

Já o Professor Venâncio José Fontoura, em relatório sobre a situação de sua Aula, indica outro motivo:

Existem 77 alumnos matriculados, dos quaes 64 frequentes. Este numero ainda está longe ser proporcional a população de Sorocaba, mesmo levando em conta as matriculas das outras aulas. Deve-se, todavia, attender (?) a uma circumstancia, e é que este municipio eminentemente agricola, tem os seus habitantes disseminados em uma vasta área, e o cultivo do algodão proporciona trabalho as crianças, que deveria acorrer ás escolas.²²

Em 1870 foi fechada a Aula de Latim e Francês²³, por absoluta falta de alunos (MENON, p. 105).

O Inspetor do Distrito, em seu relatório, assim se manifesta a respeito do fechamento daquela Aula:

Por deliberação da Presidencia de 10 de março do corrente anno, foi supprimida a Cadeira de Latim e Francez d'esta Cidade em virtude do art 36 da Lei nº 16 de 13 de Agosto de 1861. Ao respectivo Professor comuniquei imediatamente o acto da Presidencia, significando-lhe que podia escolher uma das Cadeiras vagas de primeiras letras, cuja lista lhe remetti.

A supressão d'esta Cadeira, que contava mais de meio seculo d'existencia, e que havia dado a Provincia discipulos tão distinctos, entre os quaes alguns que tem ocupado as primeiras posiçoens sociaes no paiz foi geralmente sentida n'esta localidade. Ao passo que a Cidade de Sorocaba era privada da unica instituição d'ensino secundario, que possuia, outros lugares mais felises, com mesma população, erão dotadas com a criação dessa mesma Cadeira!

Hoje que, com toda rasão, tanto se preconisão as vantagens do derramamento da instrucção, entendo qu'aquela Cadeira não devia ser supprimida, antes que se processasse remover as causas que, por ventura, actuassem para que'ella não fosse frequentada pelo numero d'alumnos que a Lei marca. Quando, porem, o municipio de Sorocaba tiver a fortuna de possuir um representate seo entre os legisladores da Provincia, estou certo que a injustiça de que foi victima, será devidamente reparada.²⁴

No período abordado as escolas continuam a funcionar nas casas dos professores, responsáveis pelo pagamento de seus aluguéis e de sua manutenção. Essas dificuldades são assinaladas por Venâncio José Fontoura, Professor da 2ª Cadeira do sexo masculino.

Tenho a honra de submeter a V Sª a relação semestral relativo a 2ª escola regida por mim. Aos meus relatorios anteriores apenas tenho de acrescentar que de dia para dia se fazem mais urgentes a reforma da pouca e estragadissima mobilia que recebi dos meus antecessores, e hoje

imprestavel; o fornecimento de uma quota para aluguel de casa, pois que hoje é n'esta cidade um pesado onus aos professores n'esta cidade esse aluguel. De modelos, livros, papel, pennas, tinta, lapis nada tem recebido esta cadeira, a excepção de uns folhetos sobre o systema metrico decimal, e a constituição do Imperio.²⁵

Dois anos após seu registro a situação do Professor Fontoura, permanece extremamente difícil, ao comunicar.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. S. que em consequencia do grande numero de alumnos em uma sala tão pequena tem dado em resultado ataques em alguns alumnos, sendo a causa não haver espaço na sala nem sequer para mim andar, por tanto peço a V. S. que em vista de está já marcado quantia para o aluguel de casa, que se digne dar providencias afim do Senr^o D^o Inspector do Thesouro mandar ordem, para assim eu poder alugar maior casa; pois é impossivel eu apresentar um bom resultado n'uma pequena sala e sem mobília. Pois espero que V. S. não se descuidará em dar as providencias necessarias.²⁶

Como já relatamos anteriormente, a cessão de móveis e utensílios para as escolas era de responsabilidade do Estado. No entanto, durante o período, praticamente não houve aquisição pelo Estado dos móveis e utensílios – quando ocorreu a aquisição, foi por conta dos professores. Os documentos aqui expostos também possibilitam extrair informações relativas ao número de alunos que freqüentavam a instrução primária.

Em cumprimento a circular a mim dirigida por essa Inspectoria em data de 17 de Setembro p.p. tenho a communicar á V. S^a. que dirigi-me as escolas publicas de primeiras lettras d'este districto e reccomendei aos respectivos professôres que fizessem vaccinar os alumnos não vaccinados, e para que V. S^a. conheça a respeito o estado das escolas fiz tirar uma lista dos alumnos e ahi declarar-se os vacinados. Há 248 alumnos nas quatro escolas publicas d'esta cidade e d'estes estão vaccinados 127 e não vaccinados 121, a cujos paes foi pedido que em breve os mandassem vaccinar.²⁷

Em relação ao ensino feminino é possível destacar neste período o que segue.

Cumprindo o que estabelece o Art. 110 § 11 do Regulamento da Instrução Publica de 18 de Abril de 1869, vou relatar, posto que mui perfunctoriamente, o estado da escola, cuja direcção acha-se a meu cargo.

Durante o anno lectivo não se deo na escola acontecimento algum extraordinario, e por isso digno de ser levado ao conhecimento de V. S^a.

A escola tem funcionado regularmente em todos os dias uteis das 9 horas da manhã ás 2 da tarde, sendo frequentada por 55 alumnas matriculadas e d'estas muito poucas são as infrequentes.

O estado da instrucção das alumnas é assás satisfactorio, visto como apresentam bastante adiantamento e aproveitam o ensino das materias que se lecciona na escola – que são as determinadas no Regulamento, a que já me referi.

As alumnas mais adiantadas em leitura, caligraphia, grammatica nacional e systema metrico são tambem applicadas na aprendissagem de prendas domesticas, cujos trabalhos dão testemunho de seu regular adiantamento.

As minhas alumnas são doces e submissas, e a estes dotes, aos meus esforços e zêlo para com ellas, á minha vocação p^a. o magisterio têm certamente concorrido para a consecução do vantajoso estado de adiantamento, á que ellas têm atingido.

É o que se me offerece relatar agora a V. S^a. de cuja benevolencia e reconhecida illustração espero toda a desculpa para este meu mais que imperfeito trabalho.²⁸

Entretanto um processo desperta nossa atenção no período focado: trata-se da institucionalização do ensino obrigatório.

Assim observa-se em Officio de 23 de Novembro de 1874.

Tendo-se installado o Conselho de Instrucção d'este districto dando começo aos seus trabalhos no dia 23 do corrente mez, como verá V. S^a. pela copia junta resolveu fazer a V. S^a. a proposta para circunscripção territorial dentro da qual devem ficar comprehendidos os membros sujeitos ao ensino obrigatorio. Achando-se na acta da installação do Conselho os pontos que podem servir para os limites d'essa circunscripção, o Conselho a envia a V. S^a. afim de ser a mesma proposta apresenta ao Governo Provincial como dispõe o Regulamento do ensino obrigatorio para ser a mesma approvada.²⁹

A tramitação do processo sob a responsabilidade do Conselho de Instrucção Pública em officio encaminhado em 17 de fevereiro de 1875; registra além das dificuldades na efetivação do solicitado, a situação precária do professorado da Província.

Pelo Presidente da Camara d'esta Cidade, foi presente ao Conselho de Instrucção Publica, uma Circular de V S^a. com data de 18 do mez passado na qual recommendou ao mesmo de ordem de S. Ex^a. o Senr Prezidente da Prov^a., que com a maxima brevidade organizasse elle os seus trabalhos preparatorios, afim de que fosse quanto antes posto em execução o regulamento de 5 de junho do anno passado, acerca do ensino obrigatorio; e respondendo o Conselho, á V S^a., cumpre-lhe dizer que em data de 13 de Novembro do m^{mo} anno passado remetteo á V S^a., com a acta de sua primeira reunião, o plano da circunscripção territorial que havia feito afim de ser submettido á approvação do Ex^{mo} Governo, cujo recebimento V S^a. accusou ao Conselho, em data de 15 de Janeiro do corrente anno.

O Conselho ainda não procedeo o alistamento dos menores, sугeitos ao ensino obrigatório por aguardar a approvação do plano que enviou; si porem V S^a. entender que o Conselho deve fazer isto, independente d'approvação da circunscripção territorial, digne-se ordenar, que o Conselho o fará.

Aproveitando a oportunidade, o conselho solicita de V S^a. as providencias necessarias para que sejam pagos de seos vencimentos os Professores e Professoras que á cinco mezes ou mais não tem recebido os mesmos, e estão soffrendo sérias provações. Os Professores já tem solicitado de V S^a. e do Inspector do Tezouro as ordens necessarias, e entretanto ellas não apparecem, e elles continuão a soffrer, dizendo o administrador do Registro desta cidade, que foi auctorizado a fazer os pagamentos, óra que não tem mais auctorização para os fazer, ignorando-se se este procedimento é filho da má vontade do administrador, ou se na verdade elle não póde mais saptisfazer os ordenados dos Profesores, e n'este caso, deve ser expedida ordem á Collectoria de Rendas, por que os Professores não pódem continuar sem o unico meio de subsistencia que tem.

O Conselho conta que V S^a., tomando na devida consideração a ponderação que fáz a respeito do pagamento dos ordenados dos Professores, estes serão saptisfeitos.³⁰

Os professores cumprem seus deveres, conforme informa o Inspector de Distrito: "Não tendo a notar omissões da p^{te}. dos Professores observo sobre a instrucção, em educação dos alumnos, que aquelles cumprem com seos deveres, e estes aproveitão o ensino (...)"³¹

Além disso, sua conduta é considerada exemplar e são todos casados, com exceção de uma professora, mas que é considerada pessoa respeitável:

Os Professores tem-se mostrado doces as observações que tenho julgado conveniente fazer-lhes atinente ao desempenho de seus deveres, e não tem cometido faltas, ou infrações de leis, regulamentos e ordens, que entendem com o seu magisterio.

O procedimento civil e moral dos Professores públicos é digno de louvor, visto como não tem cometido actos, e se dado a vícios que denunciem imoralidade, e não proceder como cidadãos, ou que os desaiem, e lhes tirem o prestígio e respeito de que devem gozar. Todos são casados, a exceção da Professora D.Vicentina, pessoa respeitável, e vivem irrepreensivelmente.³²

O ensino é ministrado em um período de cinco horas diárias, conforme o preceito legal:

As escolas começam os seus trabalhos pelas nove horas da manhã, e terminam pelas duas da tarde, sendo o ensino distribuído pelos traslados, livros e compendios até hoje adoptados em todas as escolas.³³

No entanto, este período de aula é contestado pelos professores, conforme informa o Inspetor do Distrito:

Alguns Professores me tem falado sobre a conveniencia de se restabelecer o costume antigo de funcionarem as escolas de manhã e de tarde, por ser isso mais proveitoso ao ensino e a saude dos alumnos, mas como esta providencia é contraria ao que dispõem o Regulamento da instrução publica, tenho mantido a sua observancia.³⁴

A alegação dos professores é a seguinte:

A alteração do horario das escolas tem dado em (?) dificuldades que, eu confesso, não tenho sabido (?) vencer. Declaro, sem medo de errar, que é humanamente impossivel conter um menino por 5 horas em um banco a ler e escrever. Se um homem difficilmente poder concentrar a attenção por tão longo espaço de tempo, o que será de uma criança cheia de vivacidade, inquieta por natureza, avida de impressões variadas?

A experiencia tem mostrado que hoje as faltas são mais numerosas e os meninos tem verdadeiro horror as 5 horas de escola. Entre os frequentes, estes succumbem ao canção principalmente nos dias calorosos, outros desesperam inteiramente. Não me compete inquirir dos motivos por que foi alterado o antigo horario, aliás mais incommodo aos professores, limito-me a relatar factos diariamente observados.³⁵

As matérias ensinadas nas escolas de Sorocaba são as determinadas pela legislação vigente. Do mesmo modo, em 1870, o Inspetor do Distrito dizia que os Professores do ensino primário³⁶ “ensinam regularmente as matérias a que são obrigados”³⁷.

No entanto, o Inspetor do Distrito preocupa-se com os textos lidos nas escolas, pois apresentava aos Professores a seguinte recomendação:

Recomendei aos Professores, em geral, que tivessem todo cuidado, não consentindo que em suas escolas fossem lidos papeis ou impressos contrarios a religião do Estado, e que são adrede publicados com o fim de abalar a fé na veneranda crença de nossos Paes; e bem assim qu’igualmente evitassem a leitura de certos jornaes, que se tem constituido apostolos da diffamação e do insulto, contra todos e contra tudo, não respeitando nem as posições sociaes de q^m. quer que seja e nem o sacrario da vida particular.

Assim procedi porque fui informado de que na escolha noturna³⁸ o ensino era feito por meio desses papeis incendiarios; e porque entendo que a mocidade nada lucra com essas leituras, e qu'ella só deve inspirar-se no amor a verdade, e no respeito que se deve a todos.³⁹

Este ensino era feito, geralmente, em classes numerosas, chegando, em alguns casos, a 105 alunos:

Em resposta á Circular de V. S., de 13 do mez p.p., tenho á significar-lhe que a 2^a. escóla de 1^{as}. letras d'esta cid^e. vai na melhor ordem, pois que até o 1^o do corr^e. em que foi apresentado ao D^f. Inspector de Districto o mappa trimensal achavão-se matriculados 89 alumnos, e frequentes 68. Agora os matriculados são 105, e frequentes 82.⁴⁰

No final do período, elas continuam numerosas, como se pode verificar da informação do Professor Venâncio José Fontoura:

Respondo que tenho matriculados 91 alumnos, dos quaes frequentarão durante o corrente anno 80 alumnos dos quaes sahirão dois em Grammatica; tenho de fazer a declaração seguinte que destes alumnos tem mez que apresentão na escolha 80 mez de 75 e 68 e o menor é de 54 isto é verdade debaixo de minha responsabilidade.⁴¹

Ou pela informação prestada pelo mesmo Professor, em 1870: “existem 77 alumnos matriculados, dos quaes 64 frequentes”⁴².

Segundo o Inspetor do Distrito, em outubro de 1870, o número de alunos das escolas públicas de Sorocaba era:

QUADRO 1

ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE SOROCABA, EM 1870

Professor	Cadeira	Freqüentes	Infreqüentes	Total
Manuel Joaquim de Souza Guerra Junior	Masculina	56	6	62
Venâncio José Moura	Masculina	65	7	72
Vicentina Adelaide de Vasconcellos	Feminina	42		42
Januaria d'Oliveira Simas	Feminina	20	8	28
Total		183	21	204

Fonte: Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito, em 26 de outubro de 1870.

Para as escolas com poucos alunos, a Inspetoria do Distrito adotava providências juntos aos professores, com o objetivo de aumentar o número de alunos:

Admoestei a Professora da Segunda Cadeira, em vista do diminuto numero de suas alumnas, a que se dedicasse com afinco ao cumprimento dos importantes deveres a seo cargo; que procurasse o adiantamento de suas discipulas, porque só assim poderão affluir para sua escolha algumas das muitas alumnas que s'aglomerão na qu'ê regida por Dona Vicentina.⁴³

Ao que parece o número de alunos variava conforme o prestígio gozado pelo professor. Isto aconteceu, por exemplo, com o Professor Francisco Luiz de Abreu Medeiros (DIAS, 2002, p. 74).

A professora admoestada pelo Inspetor do Distrito assim se manifestava a respeito de sua situação:

É digno de notar-se o pequeno numero d'alumnas matriculadas na aula da 2^a Cadeira em relação ao numero das da 1^a. Acredito porém que esta differença

provêm da antiguidade d'aquella aula, e das relações da digna Professora; visto como tanto como ella emprego todas as disvelas no cumprimento dos meos deveres. Tambem presumo que a pouca tendencia para a instrucção é uma das cauzas do pequeno numero d'alumnas que tem a 2ª Cadeira; por quanto, em uma Cidade populosa como esta divia ser muito maior o numero das alumnas matriculadas nas duas Cadeiras, e nem estar pedido – ser sufficiente para a instrucção – se houvesse um pouco mais de desenvolvimento no interesse de se instruirem.⁴⁴

A freqüência dos alunos era bastante irregular, durante todo o período estudado.

O uso do castigo, no período estudado, foi proibido por lei e, segundo o Inspetor do Distrito, “os alumnos não são castigados phisicamente”⁴⁵.

No entanto, segundo o Professor Venâncio José Fontoura,

Primeiro tenho em minha eschola 83 alumnos, matriculados e setenta e quatro frequentes, e o adiantamento até aqui tem sido bom, porém desde que seja suspensa a força física do Professor, por certo que eu não poderei mostrar um adiantam^{to} pois que não estamos na Inglaterra, e nem em Paris, que os proprios alumnos vão se matricular-se; neste Pais, desgraçadamente não acontece isso, pois que os alumnos vão aos empurrões aprender primeiras letras, hora desde que o Professor não possa castigar fisicamente o que faz reprehender um alumno que vai carregado para eschola, como acontece muitas vezes; enfim eu sou um simples feitor do Governo (...).⁴⁶

Este mesmo professor assim se manifesta, em 1870, sobre a proibição de castigos físicos aos alunos da escola pública:

A ideia humanitaria e civilisadora, que determinou a suppressão dos castigos phisicos nas escolas, parece-me prematura, pelo menos para as aulas publicas, frequentadas por meninos de uma educação quasi sempre descurada, sem estímulo, insensíveis á emulação. Quem se lembrar que entre nós os meninos são mandados á escola por incorrigiveis, quando se tornam merecedores de um castigo, reconhecerá a impotencia do professor diante de um menino que faz garbo de impudencia. É triste este juiso, mas todos os professores públicos o confirmarão. Digo professores públicos, porque os alumnos das escolas particulares pertencem, ordinariamente, a uma classe que tem em mór estima a educação domestica, essa que não compete aos mestres, si não aos paes.⁴⁷

Os exames eram realizados no final do ano, com poucos alunos sendo considerados prontos. A situação pode ser resumida através do seguinte relato do Inspetor do Distrito:

Nos exames a que se procedeo em Dezembro do anno passado, diminuto foi o numero de alumnos examinados e julgados prompts, o que attribuo ao facto de não terem os Paes a necessaria paciencia para conservarem seos filhos nas escholas ate completarem a sua educação primaria. Logo que o menino principia a ler e a fazer mal as quatro operaçoens fundamentaes da arithmetica, os Paes os chamão para suas casas e sítios, afim de os applicarem a lavoura e outros misteres da vida.⁴⁸

Em 1870, a Inspetoria do Distrito assim se manifestava:

Posto que os Professores e Professoras do ensino primario, acima referidos, ensinam regularmente as materias a que são obrigados, é todavia forçoso reconhecer e confessar que os alumnos que frequentão as escholas publicas bem pouco adiantamento tem mostrado, e assim muito redusido foi o numero dos que s'appresentarão á exames, em o anno passado, e estes

mesmos revelarão apenas que sabião ler, fazião as quatro operaçoens, e nada mais. A respeito do systema metrico decimal, e de grammatica da lingua nacional, muito pouco ou quasi nada sabião.

As causas determinantes d'esta falta de progresso, que póde ser attribuida a puco constancia dos paes em conservarem seos filhos nas escholas por tempo sufficiente para completarem sua educação, convem estudar para serem removidas, se for possivel, e não encontrar, como parece, um empecilho na vitaliciedade dos encarregados do ensino.⁴⁹

A Inspetoria do Distrito apresentava o seguinte quadro:

QUADRO 2

TRABALHO DE PROFESSORES E ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE SOROCABA – 1860/1870

Nome dos Professores	Cadeira	Procedimento dos Professores	Estado dos alunos
Manuel Joaquim de Souza Guerra Jr	Masculina	Bom	Pouco adiantamento
Venâncio José Fontoura	Masculina	Bom	Pouco adiantamento
Vicentina Adelaide de Vasconcellos	Feminina	Bom	Pouco adiantamento
Januaria de Oliveira Simas	Feminina	Bom	Pouco adiantamento

Fonte: Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito, em 26 de outubro de 1870.

Conclusão

O quadro sumariamente traçado em relação ao processo de formação da educação escolar em Sorocaba, para o período de 1850-1880, traduz continuidades, particularizando o contexto mais amplo da Província e do Império.

Diante do exposto é possível destacar alguns aspectos que caracterizam o período em tela e traduzem traços observados em períodos anteriores.

O período 1850-1880 oferece, com base nos documentos examinados, informações pertinentes à relação entre o crescimento populacional de Sorocaba e o número de alunos matriculados no espaço escolar público. Observa-se, em seus emissores, a busca de possíveis causas para a evasão escolar e o fechamento das Aulas. Os documentos, expressam, ainda, as condições de funcionamento das escolas e a situação de precariedade enfrentada pelos professores, tais como: pagamento de aluguel, aquisição de mobiliário, ausência de recursos que deveriam advir do Estado, licenças e aposentadorias reivindicadas, como também abordam deveres, jornada de trabalho e as dificuldades encontradas em virtudes de classes numerosas, da abolição do castigo físico e da realização dos exames.

Assim, podemos indicar algumas das condições presentes no processo de formação da educação escolar em Sorocaba, no período 1850-1880:

- Sorocaba era uma cidade pobre, ainda eminentemente agrícola mas em processo de crescimento urbano e modernização.

- a instrução pública somente era valorizada pelos profissionais do ensino, incluindo-se o Inspetor do Distrito;

- a população, pelo contrário, aparentemente, não valorizada a instrução – bastava que os seus filhos soubessem, um pouco, ler e escrever e, um pouco também, as quatro operações, para que os tirassem da escola;

- os professores gozavam de bom conceito junto à Inspetoria do Distrito;

- os pais eram considerados os responsáveis pela baixa frequência dos alunos e por seu pouco aproveitamento.

- o período registra iniciativas na perspectiva de institucionalização do ensino obrigatório.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Aluísio de. **Sorocaba: 3 séculos de história**. Itu, SP: Ottoni, 2002.

ALMEIDA, Aluísio. *História de Sorocaba – 1822-1889*. Sorocaba / SP: Gráfica Guarani, 1951.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889) História e legislação*. Tradução: Antonio Chizzotti. (2ª ed.) São Paulo: EDUC, 2000.

ARAÚJO, José Carlos Souza & GATTI Júnior, Décio.(organizadores) **Novos temas em história da educação brasileira**. Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002. (Coleção memória da educação)

BADDINI, Cássia Maria. **Sorocaba no Império**. Comércio de animais e desenvolvimento urbano. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, José Carlos Souza & GATTI Júnior, Décio.(organizadores) **Novos temas em história da educação brasileira**. Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002. (Coleção memória da educação)

CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**. Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.375-399.

DIAS, Maurício Sérgio. *Extra: as primeiras páginas da história de Sorocaba*. SorocabaSP:Gabinete de Leitura de Sorocaba, 1999.

DINIZ, Rodolfo Ernesto da S. *A evolução territorial do Município de Sorocaba*. Sorocaba / SP: LINC, 2002.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Pesquisa, memória e documentação: desafios de novas tecnologias. In: FARIA Filho, Luciano Mendes de Faria (organizador). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**. Questões para a história da educação. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza & GATTI Júnior, Décio.(organizadores) **Novos temas em história da educação brasileira**. Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002. (Coleção memória da educação)

GATTI, Bernardete A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília / DF: Plano, 2002.

GLEZER, Raquel. Apresentação. In: BADDINI, Cássia Maria. **Sorocaba no Império**. Comércio de animais e desenvolvimento urbano. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002, .p.9-10.

JOB, Vera Ravagnani. *Sorocaba conta sua história*. Sorocaba / SP: Prefeitura Municipal de Sorocaba, 2001.

LEIS, Nilson. *A caracterização do processo de urbanização e industrialização : o caso de Sorocaba*. São Paulo: PUC, 1995 (Dissertação de Mestrado).

MENON, Og Natal. *Educação escolarizada em Sorocaba entre o Império e a República*. São Paulo: PUC, 2000 (Tese de Doutorado).

NUNES, Clarice. Guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira: reconstituição de uma experiência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, 71 (67): 7-31, jan./abr., 1990.

RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da Educação Brasileira**. A organização escolar. (6^a ed.) São Paulo: Moraes, 1986.

SANFELICE, José Luis. História de instituições escolares: apontamentos preliminares. **QUAESTIO: Revista de estudos de educação**. V. 1 (Maio 1999) – Sorocaba, SP: Uniso, 1999.

SÃO PAULO [PROVINCIA]. **Discurso com que o illustrissimo e excellentissimo senhor dr. José Thomaz Nabuco d’Araujo, presidente da provincia de São Paulo, abriu a Assembléa legislativa Provincial no dia 1.º de maio de 1852**. São Paulo, na Typ. do Governo arrendada por Antonio Louzada Antunes, 1852, p. 10-11. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/986/000012.html>> (10/07/04)

VENDRAMETO, Maria Cristina. Fontes Documentais Primárias do Ensino Técnico: um universo inexplorado. *Roteiro para leitura técnica do inventário*. Em: MORAES, Carmen Sylvia V. e ALVES, Júlia F. (organizadoras). **Contribuição à pesquisa do ensino técnico no Estado de São Paulo: inventário de fontes documentais**. Centro Paula Souza / SP: Imprensa Oficial, 2002.

NOTAS

¹ A transcrição dos documentos obedeceu à ortografia utilizada na época.

² Anísio Teixeira nos diz que este tipo de escola era inútil para a maioria dos alunos, pois pretendia formar todos os seus alunos para intelectuais, não se preocupando com a formação do cidadão comum (TEIXEIRA, p. 312).

³ Ofício encaminhado à Comissão Inspetora, por Jacinto Heliodoro de Vasconcellos, Professor Público, em 30 de novembro de 1846.

⁴ Como os documentos citados são transcrições de fotocópias de documentos manuscritos, o símbolo (?) indica a existência de palavra ilegível.

⁵ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Joaquim José Loureiro d’Almeida, Inspetor de Distrito, em 03 de fevereiro de 1855.

⁶ Ofício encaminhado ao Inspetor de Distrito pelo Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, em 17 de fevereiro de 1855.

⁷ Na Província somente existiam duas instituições de instrução primária e superior: esta em Sorocaba, para o sexo feminino, e outra em Taubaté, para o sexo masculino (Relatório encaminhado ao Presidente da Província, por Diogo de Mendonça Pinto, em 24 de novembro de 1856).

⁸ Relatório encaminhado ao Presidente da Província, por Diogo de Mendonça Pinto, em 24 de novembro de 1856.

⁹ Relatório encaminhado ao Presidente da Província, por Diogo de Mendonça Pinto, em 24 de novembro de 1856.

¹⁰ Em 27 de outubro de 1854, o Professor Francisco Luiz d’Abreu Medeiros, professor da 2^a aula de primeiras letras, de Sorocaba, informava ao Inspetor Geral da Instrução Pública, que, com o ordenado de 500\$000, tinha que pagar de aluguel de uma casa sofrível, em Sorocaba, de 12 a 16\$000 por mês e, na época da feira, de 30 a 40\$000, enquanto que o aluguel em Itu era, por uma boa casa, de 4 a 5\$000 (Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública em 27 de outubro de 1854).

- ¹¹ Relatório encaminhado ao Presidente da Província, por Diogo de Mendonça Pinto, em 24 de novembro de 1856.
- ¹² Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, por Jacinto Heliodoro de Vasconcellos, Professor da Primeira Cadeira de Sorocaba, em 4 de outubro de 1855.
- ¹³ Relatório encaminhado ao Presidente da Província, por Diogo de Mendonça Pinto, em 24 de novembro de 1856.
- ¹⁴ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Francisco José d'Abreu Medeiros, em 8 de abril de 1862.
- ¹⁵ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, por Maria Flora de Souza, Professora da Segunda Cadeira, em 01 de outubro de 1855.
- ¹⁶ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, por Vicentina Adelaide de Vasconcellos, Professora da Primeira Cadeira, em 15 de outubro de 1855.
- ¹⁷ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, por Francisco de Paula Xavier de Toledo, Professor da Aula de Latim e Francês, em 17 de outubro de 1855.
- ¹⁸ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, por Francisco Luiz de Abreu Medeiros, Professor da Segunda Cadeira de Primeiras Letras, em 17 de outubro de 1855.
- ¹⁹ Ofício encaminhado ao Presidente da Província, por Diogo de Mendonça Pinto, em 24 de novembro de 1856.
- ²⁰ Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito de Sorocaba, em 26 de outubro de 1870. Neste relatório, o Inspetor indica a existência de 6 escolas para o sexo masculino (2 públicas e 4 particulares) e 3 para o sexo feminino (2 públicas e 1 colégio particular).
- ²¹ Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito de Sorocaba, em 26 de outubro de 1870. Neste relatório, o Inspetor indica a existência de 6 escolas para o sexo masculino (2 públicas e 4 particulares) e 3 para o sexo feminino (2 públicas e 1 colégio particular).
- ²² Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Venâncio José Fontoura, Professor da Segunda Cadeira do Sexo Masculino, em 15 de outubro de 1870.
- ²³ Segundo RODRIGUES, em “(...) 57 o Governo Provincial estabeleceu que a frequência média não podia ser inferior a 15. O resultado foi o fechamento de mais da metade das escolas de Latim.” (RODRIGUES, p. 21)
- ²⁴ Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito de Sorocaba, em 26 de outubro de 1870.
- ²⁵ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Venancio José Fontoura, Professor da 2ª Cadeira do sexo masculino, em 26 de maio de 1873.
- ²⁶ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Venâncio José Fontoura, Professor da 2ª Cadeira do sexo masculino, em 22 de setembro de 1875.
- ²⁷ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Luiz Augusto Ferreira, Inspetor do Distrito de Sorocaba, em 3 de novembro de 1874
- ²⁸ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Januária de Oliveira Simas, Professora da 2ª cadeira do sexo feminino, em 25 de maio de 1873.
- ²⁹ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, pelo Conselho de Instrução do Distrito de Sorocaba, em 23 de novembro de 1874.
- ³⁰ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, pelo Conselho de Instrução Pública, em 23 de outubro de 1875.
- ³¹ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Joze do Amaral Gurgel, Inspetor do Distrito, em 17 de setembro de 1860.
- ³² Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito de Sorocaba, em 26 de outubro de 1870.
- ³³ Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito de Sorocaba, em 26 de outubro de 1870.

³⁴ Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito de Sorocaba, em 26 de outubro de 1870.

³⁵ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Venâncio José Fontoura, Professor da Segunda Cadeira do Sexo Masculino, em 15 de outubro de 1870.

³⁶ Este é o primeiro momento, nos documentos consultados, que se registra a expressão “ensino primário” em lugar de “primeiras letras”.

³⁷ Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito, em 26 de outubro de 1870.

³⁸ Esta escola noturna era uma escola particular mantida por uma loja maçônica da cidade.

³⁹ Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito, em 26 de outubro de 1870.

⁴⁰ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Francisco Luiz de Abreu Medeiros, Professor da Segunda Escola do Sexo Masculino, em 17 de outubro de 1860.

⁴¹ Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Venâncio José Fontoura, Professor da Segunda Cadeira do Sexo Masculino, em 15 de setembro de 1869.

⁴² Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução, por Venâncio José Fontoura, Professor da Segunda Cadeira do Sexo Masculino, em 15 de outubro de 1870.

⁴³ Relatório encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito, em 26 de outubro de 1870.

⁴⁴ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Januária de Oliveira Simas, Professora da Segunda Cadeira do Sexo Feminino, em 24 de outubro de 1870.

⁴⁵ Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito, em 29 de outubro de 1871.

⁴⁶ Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Venâncio José Fontoura, Professor da Segunda Cadeira do Sexo Masculino, em 5 de outubro de 1868.

⁴⁷ Relatório encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Venâncio José Fontoura, Professor da Segunda Cadeira do Sexo Masculino, em 15 de outubro de 1870.

⁴⁸ Relatório encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito, em 29 de outubro de 1871.

⁴⁹ Relatório encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito, em 26 de outubro de 1870.